

ESPLANADA GERAL

Anulação da demissão do Manoelzinho já! Presidenta Dilma, demissão de sindicalista é coisa da ditadura!

» Pelo respeito ao direito de greve dos trabalhadores

No ano de 2010, vários setores do funcionalismo entraram em greve. Greves estas que não por acaso foram construídas. Foi consequência de todo um processo negocial infrutífero e de muitos acordos não cumpridos pelo governo.

O Governo Lula, ao invés de chamar os trabalhadores à mesa e apresentar uma proposta, preferiu endurecer tentando cortar o ponto dos grevistas e pedindo na Justiça a ilegalidade das greves.

Os servidores, entretanto, organizados por meio de seus sindicatos representativos, impediram na Justiça o corte do ponto e garantiram a legalidade do movimento grevista.

» Veio 2011 e a novela continua

Há algumas semanas, os trabalhadores dos Correios entraram em greve. O governo ofereceu uma proposta, mas se negou a negociar os dias parados. Na greve da Cultura e vinculadas, o Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, se recusou a sentar à mesa de negociação com servidores em greve, chegando a exigir a retirada de dois servidores da Cultura, mesmo eles sendo membros da Condsef.

Em uma atitude antidemocrática, o Governo Dilma, demitiu o servidor do FNDE e diretor do Sindsep-DF, Manoel Antônio Rodrigues, que é um dos fundadores do sindicato, com 30 anos de luta por um serviço público de qualidade, e que liderou várias greves em seu órgão. Inclusive a de 2010, passando assim a sofrer forte perseguição política. Numa clara demonstração de intolerância e falta de respeito com um dos direitos mais sagrados dos servidores, bem como o de qualquer trabalhador: o direito de greve.

» Semana recheada de atividades

Na semana passada, o Sindsep-DF realizou várias atividades no sentido de reverter a demissão de

Manoel Rodrigues. Foi realizado um ato em frente ao Palácio do Planalto para pressionar a presidenta Dilma, quando uma comissão de servidores foi recebida na Casa Civil.

Paralelamente a isso, o sindicato buscou o apoio em diversas lideranças políticas, entre parlamentares e entidades sindicais.

Esta semana, o sindicato realizará na terça-feira (25/10), novo ato em frente ao FNDE.

» É preciso outro trato com as greves

Tudo isso mostra a necessidade de o governo mudar o tratamento com as greves e com os servidores, passando assim, a sentar à mesa para negociar, não penalizando os servidores por motivo de greve e respeitando o direito de paralisação.

Não foi para pedir a ilegalidade de greves e cortar o ponto de grevistas que os servidores, em sua maioria, votaram em Dilma. E sim, para que tivessem suas reivindicações atendidas e seus direitos, a duras penas conquistados, garantidos e respeitados.

Não cabe a qualquer governo que seja invocar os fantasmas ditatoriais do passado. Especialmente a este, onde muitos de seus componentes foram figuras-chave na luta contra a repressão.

O fato de que todo o comando de greve do FNDE está sofrendo um PAD é a prova cabal e inequívoca de que o direito de greve está sendo rasgado pelo Governo Dilma e pela direção do FNDE. É a prova de que os interesses políticos estão sendo postos acima dos direitos individuais e coletivos previstos na Constituição.

O Sindsep-DF não descansará enquanto as penalidades impostas na Portaria nº 1493 aos servidores do FNDE sejam anuladas. Por isso, dizemos: – Ministro Haddad, revogue as penalidades impostas aos membros do comando de greve do FNDE! Presidenta Dilma, demissão de servidor é coisa da ditadura!

Demitidos do Governo Collor

Vitória: Senado aprova emendas ao PLS 372

Agora só falta a presidenta Dilma Rousseff sancionar a lei para que todos os demitidos do Governo Collor entrem com requerimento de retorno ao serviço público. A medida deve beneficiar mais de 40 mil demitidos em todo o país. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 372/08 é fruto da luta do Sindsep-DF pelo retorno dos demitidos.

Mais na pág. 3

PLP 549/09

Vitória: Comissão de Finanças rejeita proposta de congelamento salarial

O funcionalismo público teve uma importante vitória na semana que passou. A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 549/09, que congelaria o salário dos servidores por 10 anos. A derrubada do projeto é um dos itens da Campanha Salarial 2011 e foi alvo de diversas ações no Congresso Nacional ao longo deste ano.

Mais na pág. 4

Ato pela anulação da demissão do Manoelzinho
Terça-feira (25/10) – 9h – em frente ao FNDE

Governo continua enrolando

Os empregados públicos do Hospital das Forças Armadas (HFA) e os servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) realizaram um ato em frente ao Ministério do Planejamento (bloco K), dia 19/10, para cobrar a publicação do decreto de progressão e promoção funcionais. Em reunião no dia 29/09, o secretário de Recursos Humanos do MPlanejamento, Duvanier Paiva, havia se comprometido com a Condsef a discutir a minuta do decreto com a ministra Miriam Belchior e encaminhar o texto à Confederação até o dia 5/10. Mas, até o momento o projeto não foi apresentado. Por esta razão, os servidores resolveram retomar a mobilização.

Em função do ato, os manifestantes foram recebidos no "bloco C" pela diretora do Departamento de Relações de Trabalho (DERET), Marcela Tapajós. Na ocasião, a direção da Condsef cobrou a publicação do decreto, a sua cópia e o número do processo para que os servidores possam acompanhar a tramitação do documento pela internet.

Marcela reconheceu a necessidade da publicação do decreto e a dívida do governo com os servidores e afirmou que existe uma grande possibilidade de a publicação do decreto ser feita até dezembro. Quanto ao número do processo, Marcela disse que precisa consultar o secretário Duvanier. A direção da Condsef e os

servidores presentes na reunião colocaram um prazo até a metade do mês de novembro para que o governo cumpra a promessa.

O diretor do Sindsep-DF e da Condsef, Carlos Henrique, avalia que só a mobilização e a pressão dos servidores serão capazes de fazer o governo se mexer. Por isso, diz também ser de extrema importância manter os atos semanais. Nesta semana, além do HFA e DNPM, devem se juntar ao ato os servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP).

Cultura e Órgãos vinculados

Sindsep-DF entra na Justiça para impedir corte de ponto

O governo, em mais um ataque frontal ao direito de greve dos servidores, determinou ao Ministério da Cultura (MinC) e aos seus órgãos vinculados (Funarte, IPHAN, Biblioteca Nacional, Fundação Palmares e IBRAM) o corte de ponto dos servidores que participaram da greve. O Sindsep-DF entrou na Justiça para garantir o pagamento dos dias parados.

Na avaliação do sindicato, além de não respeitar o direito de greve dos servidores, o governo tenta, com essa medida, jogar a culpa pela greve nas costas dos servidores, que nada mais fizeram do que lutar pela implementação do acordo assinado com o governo em 2007. Ao invés de honrar com sua palavra,

o governo prefere endurecer com os trabalhadores. Lamentável!

Vigília dia 1/11 e assembleia dia 8/11

Em assembleia dia 18/10, em frente à sede do MinC, além de discutir o corte de ponto, foram passados os informes da Plenária Nacional do setor, organizada pela Condsef.

Os servidores decidiram realizar uma nova assembleia dia 08/11 para avaliar o andamento das negociações com o governo que devem se estender até março/2012, conforme Protocolo de Intenções assinado entre a SRH e a Condsef. A primeira reunião está agendada para 01/11, data em que os servidores farão uma vigília em frente ao Planejamento (bloco "C"), a partir das 16h.

Funasa/MS cedidos

Assembleia elege delegados ao Encontro Nacional

Os servidores da Funasa e do Ministério da Saúde cedidos ao GDF participaram de assembleia no auditório Francisco Zóccoli, na sede do Sindsep-DF, dia 19/10, para tratar da audiência pública no Senado Federal sobre os intoxicados, a extensão da PASUS, a eleição de delegados ao Encontro Nacional da Saúde e informes das negociações com o governo federal. O diretor do Sindsep-DF, Carlos Henrique Bessa Ferreira, discorreu sobre a Campanha Sa-

larial 2011, desde o mês de fevereiro até o mês de agosto, explicando como se deu as negociações com o governo.

Para o Encontro Nacional da Saúde foram eleitos os delegados: Alcides Barbosa da Costa, José Batista Anchieta, César Henrique Melchiades Leite, Jodaci Araújo Leite, Antônia Ferreira da Silva; e como suplentes: Selma da Silva Melo, Ivanildo Francisco de Melo e Ailton da Silva. Em relação à audiência pública sobre os intoxicados no Senado Federal,

dia 25/10, foi informado que o Sindsep-DF disponibilizará ônibus nas Inspetorias de Saúde, a partir das 8h.

No que se refere à extensão da PASUS para os servidores que recebem a Gacen, o diretor César Henrique Melchiades Leite passou os informes das últimas reuniões com o GDF e do trâmite do processo.

O Sindsep-DF alerta para a necessidade da categoria permanecer mobilizada e atenta aos informes e chamados do sindicato. Só assim, conseguiremos o atendimento de mais essa reivindicação.

19/10: assembleia dos servidores da Funasa e MS cedidos no auditório Francisco Zóccoli

Hospital das Forças Armadas

Luta pelo PCS

Os servidores do HFA realizam um ato pelo Plano de Cargos e Salários (PCS) nesta quarta-feira, dia 26/10, a partir das 14h, em frente ao Bloco K (Planejamento).

MSaúde

Assembleia terça-feira, 25/10

A Seção Sindical do Sindsep-DF no Ministério da Saúde convoca os servidores do órgão para assembleia nesta terça-feira, 25/10, às 12h, no hall do 3º andar do anexo, para discutir a seguinte pauta:

- 1) Andamento das ações judiciais de dezenas dos servidores que tiveram seu nível de enquadramento rebaixado de intermediário para auxiliar, bem como da ação de extensão da Lei 12.277/10 para os demais servidores;
- 2) Negociações para a correção do PL 2203/11;
- 3) Eleição de delegados ao Encontro Nacional dos servidores da Saúde, convocado pela Condsef para os dias 26 e 27/10.



Vitória: retorno só depende de sanção presidencial



Demitidos do Governo Collor e anistiados em uma das vigílias em frente ao Palácio do Planalto pelo apoio da presidente Dilma ao retorno

Os demitidos do Governo Collor conseguiram uma importante vitória na semana passada: no dia 19/10, o Plenário do Senado aprovou as emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 372/08, que reabre o prazo para que os demitidos do Governo Collor entrem com requerimento de retorno ao serviço. Agora, só falta a sanção da presidente Dilma Rousseff para que a Justiça se faça.

O PLS é fruto da luta do Sindsep-DF para a reintegração de todos os demitidos. A

proposta de criação do projeto surgiu em uma das reuniões de anistiados na sede do sindicato. A ideia foi apresentada ao senador Edison Lobão Filho (PMDB/MA) pela direção do sindicato e pelo advogado Ulisses Borges, que levaram subsídios para a assessoria parlamentar elaborar a proposição.

Cerca de 40 mil demitidos do Governo Collor serão beneficiados com a lei. O PLS fixa um prazo de 180 dias para que os demitidos entrem com requerimento de retorno junto à Comissão Especial

Interministerial (CEI), a contar após 60 dias da publicação da lei.

Entre as alterações feitas pela Câmara - e confirmadas pelo Senado - está a extensão das normas da anistia aos servidores que se dispuseram a desempenhar suas funções no processo de liquidação das empresas extintas. O projeto de lei também prevê que os empregados que já haviam solicitado a reintegração, mas tiveram seus pedidos negados, anulados ou arquivados, poderão solicitar a reconsideração dos pedidos.

Greve de 15/08

Abono do ponto

O Sindsep-DF informa que será devolvido pelo governo o desconto referente à paralisação de 24 horas do dia 15 de agosto, feito na folha de pagamento dos servidores de alguns órgãos que participaram da atividade. O último caso que o sindicato tomou conhecimento foi no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Mas, em reunião com secretário-geral do Sindsep-DF,

Oton Pereira Neves, e o coordenador da Seção Sindical no MDIC, Célio Luis Paulo, o subsecretário de Planejamento, Orçamento e Gestão do órgão, Luiz Antônio de Souza Cordeiro, informou que aguarda apenas a autorização do Ministério do Planejamento para devolver o dia descontado. O servidor que tenha sofrido o desconto, sem a devida devolução, deve procurar a Secretaria-Geral Sindsep-DF.

Conab

Condsef e Sindsep's entram com dissídio coletivo

A Condsef e os Sindsep's protocolaram no dia 20/10, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), ação de dissídio coletivo contra a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A medida é consequência da falta de diálogo entre a Conab e as entidades representativas dos trabalhadores - Condsef e sindicatos gerais - em negociarem o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2011/2012. A proposta de ACT foi entregue pela Condsef ao presidente da Conab, Evangevaldo Moreira dos Santos, no dia 22/06, junto com uma relação dos integrantes da Comissão de Negociação, eleitos em Plenária Nacional dos trabalhadores (15/06). Mas a Companhia insiste em negociar o Acordo com uma comissão formada por pessoas indicadas pela própria direção e que, portanto, não possuem a legitimidade necessária para representar os trabalhadores da Conab.

A Condsef e os Sindsep's sempre foram os legítimos negociadores do ACT e defensores dos trabalhadores da Conab nos últimos 20 anos. A Conab quer agora interferir na organização dos trabalhadores e ne-

gociar com a ASNAB, que não tem representatividade sindical e, portanto, não poderá levar adiante qualquer negociação de ACT.

O dissídio coletivo começou a ser construído com a ação de Protesto que a Condsef ajuizou no TST em agosto, acatada pelo presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen. A ação de dissídio coletivo apresenta ao TST a pauta de reivindicações dos trabalhadores, aprovada em assembleias dos Sindsep's em todo o país, além de todas as justificativas para a ação, incluindo o reconhecimento por parte dos trabalhadores da Conab da legitimidade e representatividade dos sindicatos gerais e da Condsef.

As pretensas negociações que a Conab vem fazendo com a ASNAB não se revestem da legalidade e da legitimidade necessárias para a prorrogação do ACT 2009/2011, visto que não se prorroga um contrato onde uma das partes foi excluída, no caso, os Sindsep's que em nenhum momento foram chamados para essa prorrogação.

Para combater essa truculência jurídica da Conab e, em especial, em respeito à história de luta dos trabalhadores da Companhia, é que os sindicatos e a Condsef buscam uma solução na Justiça.

PDVistas

Assembleia quarta, 26

O Sindsep-DF convoca todos PDVistas (ex-servidores que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária do Governo FHC) para assembleia na quarta-feira, dia 26/10, às 18h30, no auditório Francisco Zóccoli.

Expediente

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal - SINDSEP-DF - Fone: 3212-1900. Conselho Editorial: Secretaria de Comunicação: Carlos Henrique (coordenador), Moisés Alves da Consolação e Reginaldo Dias da Silva (adjuntos) e Secretaria Geral: Oton Pereira Neves (coordenador), Reinaldo Magalhães Redorat e Elizabete Gomes de Andrade - Bete (adjunto) - Jornalista Responsável: Giselle do Valle (DF2361JP) - Diagramação: André Filho - Fotos: Jane Franco - Tiragem: 20.000 - Impressão: Intergraf - Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para imprensa@sindsep-df.com.br

Seminário reafirma posição do Sindsep-DF

Foi um sucesso o 5º Seminário Latino-Americano de Anistia e Direitos Humanos, realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, de 17 e a 19/10, para debater o cumprimento das leis de anistia pelo Brasil e também o retorno dos PDVistas (ex-servidores que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária do Governo FHC). Ao findar os debates, os parlamentares concluíram que não estão sendo cumpridas as leis que tratam do regime do anistiado político (Lei 10.559/02) e da reintegração de servidores demitidos pelo Governo Collor (Lei 8.878/94). E também que passados 32 anos da edição da Lei da Anistia (6.683/79), o Estado ainda não reparou todos os danos causados às vítimas do regime militar.

O seminário foi aberto com a realização de oficinas temáticas, que trataram das violações de direitos humanos ocorridas no mundo e sobre o objetivo das diversas leis de anistia existentes no país. Duas dessas oficinas foram coordenadas pelo Sindsep-DF, sobre os temas Demitidos do Governo Collor e PDVistas.

As oficinas deram origem a um documento que foi lido na abertura oficial do evento, dia 18/10, e que também será encaminhado à presidenta Dilma Rousseff e às demais autoridades nacionais (íntegra disponível no www.sindsep-df.com.br). Desse documento, destacam-se os itens 12 a 15, que representam as posições extraídas nas oficinas coordenadas pelo sindicato:

“12. Os demitidos do Governo Collor e anistiados da Lei nº 8878/94 no Governo Itamar Franco, que se encontram sofrendo novas injustiças após o seu retorno aos postos de trabalho, mesmo depois de 17 anos da conquista dessa anistia;

13. As violações aos servidores amparados pela Lei nº 8878/94 manifestam-se através de diversas formas de assédio moral e perseguições políticas, remunerações e regime jurídico incompatíveis com seus paradigmas, benefícios castrados, não contagem de tempo para efeito para efeito de aposentadoria e de progressão funcional, bem como a rejeição dos órgãos e empresas de origem ao retorno desses servidores anistiados;

14. Trabalhadores demitidos no Governo Collor que não tiveram a possibilidade do acesso à anistia pela Lei 8.878/94, dada a não suficiente veiculação desse direito, o que levou à busca do PLS 372/08;

15. A aprovação dos PL's 4293/08 e 7546/10 haja vista que os servidores foram induzidos a aceitar o Programa de Demissão Voluntária do Governo Federal ocorrido no período de 1993-2004, com o argumento de que teriam treinamento para inserção no mercado de trabalho, recursos financeiros para a implementação de projetos de empreendedorismo que não foram cumpridos, além da bitributação sobre as verbas rescisórias”.

O secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, e a diretora de Estudos Sócio Econômicos e Empresas Públicas, Jô Queiroz, participaram de todas as atividades do Seminário. No dia 19/10, a plenária final do evento aprovou moção de repúdio à demissão do servidor Manoel Antônio Rodrigues (ver encarte).

Derrota do Governo: Finanças rejeita congelamento salarial de servidores

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 549/09, que propõe congelar o salário dos servidores por 10 anos. A derrubada do projeto é um dos itens da Campanha Salarial 2011 e representa uma grande vitória para o funcionalismo e o serviço público.

O relator da matéria, deputado Pepe Vargas (PT-RS), apresentou parecer pela rejeição

do texto. Um dos argumentos para a rejeição foi o fato de o projeto não considerar que, “em determinados períodos, pode haver uma grande necessidade de reposição de servidores por aposentadoria ou outro evento”. Vargas também afirmou que o período de vigência da proposta (10 anos) é extremamente logo. Segundo ele, “a fixação de limites globais poderá comprometer a política do governo de corrigir eventuais distorções re-

manescentes na estrutura de cargos e salários da administração pública.”

O projeto, que tramita em regime de prioridade e já havia sido rejeitado pela Comissão de Trabalho, ainda será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ), antes de seguir para o Plenário da Casa. O Sindsep-DF, em conjunto com a Condsef, vai manter a mobilização no Congresso Nacional e também junto ao Executivo pela retirada do projeto.

Questão Indígena

Defesa do Santuário do Pajés no Setor Noroeste

Numa demonstração de apoio aos índios e com a intenção de desmistificar a questão indígena nas terras do Setor Noroeste, e também com a expectativa de garantir o direito legítimo dos índios, com a urgência requerida neste tipo de conflito,

o Sindsep-DF divulga o laudo entregue à Funai por antropólogos indicados pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que traz diversos esclarecimentos sobre a proteção dos direitos indígenas no Santuário dos Pajés, em Brasília-DF.

www.abant.org.br/news/show/id/158

A proteção dos direitos indígenas no Santuário dos Pajés, em Brasília-DF: Laudo entregue a FUNAI por antropólogos indicados pela ABA esclarece a questão

18/10/2011

Diante dos acontecimentos repercutidos na sociedade brasileira e na imprensa nacional sobre a invasão da terra indígena Bananal ou Santuário dos Pajés, localizada no Plano Piloto da Capital Federal, o que tem acarretado na destruição do cerrado e em violência física contra indígenas e seus simpatizantes, a Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) vem a público alertar para a urgência da identificação, delimitação, demarcação e proteção da área, e prestar os seguintes esclarecimentos:

1. Por solicitação da FUNAI, a ABA indicou dois experientes antropólogos para a elaboração do laudo antropológico sobre a área, cujos nomes foram previamente referendados por lideranças da comunidade indígena do Santuário dos Pajés, onde vivem famílias Fulni-ô, Kariri Xocó e Tuxá, oriundas do Nordeste do país. São eles: Prof. Dr. Jorge Eremitas de Oliveira (coordenador) e Prof. Dr. Levi Marques Pereira (colaborador), ambos docentes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sediada em Mato Grosso do Sul, onde atuam nos programas de pós-graduação em Antropologia e História, tendo participado da produção de diversos laudos administrativos e judiciais sobre terras indígenas naquele estado, todos aprovados pelo órgão indigenista oficial.
2. O estudo intitulado *Laudo antropológico referente à diligência técnica realizada em parte da área da antiga Fazenda Bananal, também conhecida como Santuário dos Pajés, localizada na cidade Brasília, Distrito Federal, Brasil*, concluído sob a coordenação do antropólogo Prof. Dr. Jorge Eremitas de Oliveira, foi entregue no início de setembro de 2011 a servidores da FUNAI em Brasília, a antropólogos do Ministério Público Federal (MPF) e a lideranças da comunidade indígena do Santuário dos Pajés. Mais recentemente, no dia 13/10/2011, foi entregue uma nota complementar com medições da terra indígena à Presidência da FUNAI, MPF e lideranças do Santuário dos Pajés.
3. O Laudo concluído atesta de maneira clara, objetiva e consistente que se trata de terra tradicionalmente ocupada por comunidade indígena, cuja extensão é de, pelo menos, 50,91 hectares. Atesta que a ocupação indígena no Santuário dos Pajés remonta a fins da década de 1950, quando ali chegaram indígenas da etnia Fulni-ô, provenientes de Aguas Belas, Pernambuco, e iniciaram o processo de ocupação da área. Posteriormente, a partir da década de 1970, famílias Tuxá e Fulni-ô estabeleceram moradia permanente no lugar e ali passaram a constituir uma comunidade multiétnica, com fortes vínculos de tradicionalidade com a terra e participantes de uma complexa rede de relações sociais. Mais tarde somaram-se a elas famílias Kariri Xocó. Um Processo da FUNAI no qual constavam importantes documentos para o esclarecimento dos fatos, inclusive procedimentos oficiais para a regularização da área, sob Nº 1.607/1996, desapareceu de dentro do próprio órgão indigenista.
4. Nos últimos anos, parte da área tem sofrido impactos negativos diretos pelas obras do Projeto Imobiliário Setor Noroeste, sob a responsabilidade da empresa TERRACAP, cujo licenciamento ambiental ocorreu sem o necessário estudo do componente indígena local. Além disso, tem sido registrada a destruição da área de preservação ambiental e o uso da violência física contra membros das famílias indígenas e seus apoiadores, bem como prejuízos às suas moradias e demais benfeitorias, conforme divulgado pela imprensa nacional.
5. É urgente que a FUNAI constitua um Grupo de Trabalho para proceder aos estudos necessários à identificação, delimitação e demarcação da terra indígena, em conformidade com a lei. Isso é necessário que a Justiça faça jus ao próprio nome e proíba a continuidade das obras, solicitando a retirada das construtoras da área e apurando as violações aos direitos humanos, indígenas e ambientais que têm sido amplamente divulgadas nos meios de comunicação.
6. A morosidade da FUNAI em tomar as providências para assegurar os direitos territoriais, inclusive no que se refere à entrega formal do laudo à Justiça, tem aumentado a situação de vulnerabilidade e causado grandes prejuízos àquela comunidade indígena e à conservação ambiental do lugar. Tal postura favorece os setores ligados à especulação imobiliária em Brasília e seus aliados políticos, inclusive pessoas ligadas a conhecidos esquemas de corrupção no Distrito Federal e segmentos da imprensa a elas vinculados, os quais seguidamente distorcem e manipulam os fatos a favor de seus patrocinadores.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2011.

João Pacheco de Oliveira
Coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas/ABA

TODOS EXIGEM RETORNO DO MANOEL



■ Edison Cardoni - ex-diretor da Condsef, do Sindsep-DF e servidor aposentado do Banco Central

Como diretor da Condsef, acompanhei de perto a greve do FNDE em 2010 e todas as negociações no Ministério do Planejamento.

É falsa a acusação feita contra Manoelzinho de "conduta escandalosa na repartição" e de "não tratar as pessoas com urbanidade".

A verdade é outra!

A greve sofreu desde o início com a intransigência e a intolerância do governo. Ela foi maciça, organizada politicamente pelo Sindsep-DF, pelo Comando de Greve eleito, em colaboração com a associação dos servidores e apoio da CUT.

Durante mais de dois meses, o Comando de Greve enfrentou com grande serenidade situações muito difíceis e que beiravam à provocação por parte do governo, que dizia uma coisa hoje para negá-la amanhã.

A greve uniu a experiência de luta da geração mais antiga com a energia e o entusiasmo dos novos servidores, que rapidamente se apegaram ao sindicato como seu instrumento de



luta independente, contrariando as furiosas campanhas que pretendem esvaziar a organização de classe.

Assim organizados, com toda tranquilidade, maciçamente, os servidores, reiteradamente, se recusaram a abrir mão de suas reivindicações e construíram uma página importante da história do FNDE.

Tudo isso – e ainda mais – é violentamente golpeado com a demissão de Manoelzinho.

Por essa razão tenho a convicção de que a campanha iniciada pelo Sindsep-DF só vai terminar quando essa demissão for anulada.

■ Roberto Policarpo - Deputado Federal – PT/DF

Fiquei surpreso e contrariado quando tomei conhecimento da demissão de Manoel Antônio Rodrigues, servidor do FNDE, que exerce mandato classista como diretor de Finanças do Sindsep-DF. Manoelzinho é reconhecido como liderança pelos servidores do seu órgão pelas três décadas dedicadas à luta em diversas greves e manifestações em defesa do direito dos trabalhadores. O nosso mandato além de estar solidário, tem se empenhado em ajudar a resolver o impasse o quanto antes para garantir a anulação da demissão do sindicalista. A defesa do companheiro Manoelzinho é a defesa da classe trabalhadora e da sua livre organização.



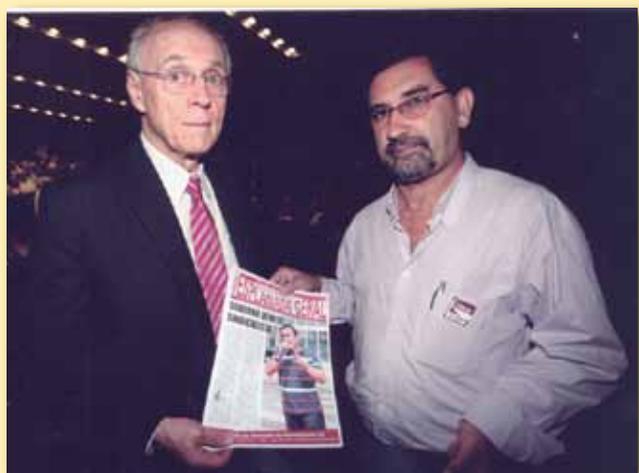
■ Victor Madeira - dirigente do Movimento da Luta de Classe (MLC) e Partido Comunista Revolucionário (PCR)

A demissão do companheiro Manoelzinho, dirigente do Sindsep-DF, que esteve a frente da greve do FNDE, demonstra como agem os governos capitalistas frente aos direitos dos trabalhadores. O companheiro Manoelzinho não estava destinando 45% do PIB para pagar a dívida pública, enchendo os bolsos dos banqueiros com mais dinheiro; ele não estava entregando

as riquezas do nosso país para o imperialismo; ele não entregou o Pré-sal para as empresas multinacionais e nem acobertou assassinatos de militantes do MST. O companheiro Manoelzinho está sendo perseguido pelo governo Dilma por defender os interesses dos trabalhadores e do povo pobre brasileiro, que necessita de serviços públicos de qualidade. Ele estava exercendo seu honrado papel de dirigente sindical, com

o principal instrumento de luta conquistado pela classe trabalhadora: a GREVE.

Por isso, o Movimento Luta de Classes (MLC) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR) se solidarizam com o companheiro Manoelzinho e o Sindsep-DF, repudiam essa medida autoritária, antidemocrática e covarde do governo federal e se somam à luta pela reintegração do companheiro ao trabalho.



O senador **Eduardo Suplicy (PT/SP)** recebe do secretário-geral do Sindsep-DF, **Oton Pereira Neves**, um exemplar do EG 430, que denuncia a arbitrária demissão do servidor de Manoelzinho

A Plenária Final do 5º Seminário Latino-Americano de Anistia e Direitos Humanos, realizado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (dias 18 e 19/10), aprovou a seguinte moção de repúdio:

Os participantes do 5º Seminário Latino-Americano de Anistia e Direitos Humanos repudiam veementemente a demissão do companheiro Manoel Antônio Rodrigues, diretor do Sindsep-DF, como também qualquer tipo de retaliação e demissão de qualquer representante dos trabalhadores, inclusive de qualquer trabalhador ou trabalhadora das empresas estatais. Ressaltamos que é injustificável que

no momento em que a "Democracia" é usada como a essência para construção de um Brasil melhor, o governo popular democrático demita sindicalistas e pratique ataques à autonomia sindical.

Exigimos que a demissão do companheiro Manoel seja suspensa, reparando assim essa verdadeira afronta à organização dos trabalhadores e trabalhadoras. Não iremos admitir esse retrocesso em nossa história.

TODOS EXIGEM RETORNO DO MANOEL



■ Thereza Alencar - servidora da Funai e diretora do Sindsep-DF

Não é só no FNDE que está acontecendo perseguição a sindicalistas. Muitos órgãos no Governo Federal também estão vivendo isto. Estou muito surpresa com essa situação. Num governo eleito pelos trabalhadores, isso cheira a fascismo. A Constituição Federal nos garante o direito de organização sindical e de greve. Manoelzinho está sendo punido por conta dos 70 dias de greve que liderou no FNDE. Queremos a



anulação da portaria de demissão, que é uma arbitrariedade depois de 30 anos de serviço público.

■ Jordelino dos Reis - ex-diretor do Sindsep-DF e servidor do Ministério da Fazenda

Nós levamos anos para eleger um governo dos trabalhadores e não foi para que sindicalistas fossem perseguidos. Hoje, dentro dos órgãos públicos vários companheiros ligados ao movimento sindical são tratados com desrespeito pelas chefias. Isso é um preconceito com os sindicalistas e com toda a classe trabalhadora. Por justiça, queremos a anulação da demissão já!



■ Dimitri Assis Silveira - Servidor do MEC



Essa atitude do ministro é inaceitável, pois contraria qualquer princípio democrático. Os trabalhadores lutaram durante anos para conquistar e fazer valer o seu direito de reivindicar melhorias salariais. O ministro atentou contra toda essa história de luta e conquista dos trabalhadores. Revogação da demissão já!

■ Roberto Mendes - delegado sindical do Sindsep-DF e servidor do FNDE

A notícia da demissão pegou todos os servidores de surpresa. Todos estão revoltados. O novo presidente do FNDE assumiu o órgão com um discurso de melhorar o ambiente de trabalho e toma uma atitude dessas. Todos estão decepcionados. O clima de ditadura se instalou no órgão. Hoje foi contra o Manoel, amanhã ninguém sabe o que pode acontecer.



■ Antônia das Graças Gomes - servidora aposentada do FNDE

A demissão do Manoelzinho foi uma coisa terrível. O conheço há muitos anos e ele sempre foi um homem que lutou pelos direitos dos servidores, desde o tempo do governo militar, e chegou a enfrentar o terrorismo psicológico no Governo Collor para defender os direitos dos servidores. Chegou a rejeitar um cargo de confiança para continuar lutando em prol dos servidores do FNDE. Há muito tempo tentam calar a sua voz. Manoel é um cara honesto e fiel. Gostaria que esse senhor que



é o atual presidente e é funcionário de carreira, e que já recebeu benefícios advindos da greve, revise esse ato de permitir a demissão de um trabalhador.

■ Antônio Rodrigues - servidor do FNDE

Participei dos 75 dias de greve. A demissão do Manoel foi um ato arbitrário que lembra a ditadura militar. Nem nos governos anteriores vimos a demissão de um trabalhador que participou de uma greve. Os servidores do FNDE ficaram pasmos com a demissão. Isso não pode ficar assim!



■ Marcos Lima da Silva - servidor do FNDE

O clima no FNDE é de indignação, ninguém esperava essa atitude da atual administração. Esperamos que essa situação seja revertida. Que o governo anule a portaria de demissão do Manoel. E que os membros do Comando de Greve não sejam perseguidos.

Na edição 430, outras manifestações de apoio e solidariedade a Manoel foram publicadas

■ Irisneide Fernandes Batista - CJU/PB-AGU (cedida)

Lamento grandemente o acontecido. Gostaria de obter detalhes dessa tragédia! Estou muito abalada. Conheço bem o trabalho do amigo Manoelzinho - isso é INACEITÁVEL!!! Sempre incansável na luta pelos colegas, colocando o FNDE, em alto estilo... Por favor, o que posso fazer para ajudar? Isso é bastante sério além de triste!